



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570432 - MS (2020/0079181-5)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ANA PAULA BARBOSA COLUCCI  
**ADVOGADO** : ANA PAULA BARBOSA COLUCCI - MS007338  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : LUCAS JANDREI MULLER (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCAS JANDREI MULLER contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (HC n. 1401181-46.2020.8.12.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 28/11/2019, pela suposta prática do delito tipificado no artigo 155, §§ 1º e 4º, inciso I, do Código Penal Brasileiro. A prisão foi convertida em preventiva.

Contra a decisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 116):

*EMENTA - HABEAS CORPUS – FURTO QUALIFICADO – PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – CUSTÓDIA IMPRESCINDÍVEL PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – REITERAÇÃO DELITIVA – ALMEJADA A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR CAUTELARES DIVERSAS – INCABÍVEL – CUSTÓDIA NECESSÁRIA PARA FREAR A REITERAÇÃO – ORDEM DENEGADA.*

*I. Impositiva a manutenção da prisão preventiva diante da reiteração delitiva apresentada pelo paciente, sobretudo por este ser reincidente específico, evidenciando-se que a sua liberdade representa sério risco à ordem pública, de modo a justificar a manutenção da custódia neste particular.*

*II. A substituição da custódia preventiva por cautelares diversas da prisão não demonstra ser providência necessária e adequada ao caso diante do quadro de reiteração delitiva.*

*III. Ordem denegada, com o parece*

Na presente oportunidade, o impetrante alega que o crime não envolveu violência ou grave ameaça. Expõe que a fundamentação empregada no decreto não é adequada, pois o dono do veículo furtado teria colaborado com o paciente. Ressalta que

os requisitos necessários para a manutenção da segregação cautelar (art. 312 do CPP) não são visualizados no caso.

Aduz, ainda, que o denunciado possui residência fixa e é detentor de circunstâncias favoráveis, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É o relatório, **decido**.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso ocorre porque o Tribunal de origem considerou relevante o risco de reiteração delitiva do acusado, porquanto é **reincidente específico** e, supostamente é **integrante de associação criminosa** voltada à prática de fraudes contra seguradoras (e-STJ fl. 119):

*(...). De acordo com a decisão supra colacionada, a prisão cautelar foi mantida em razão da necessidade de garantia da ordem pública diante da reiteração delitiva por parte do paciente. Depreende-se das peças constantes dos autos que há prova do fato e indícios suficientes de autoria, cujos elementos podem ser abstraídos do estado de flagrância (p. 01-29)1, caracterizando-se, assim, o fumus comissi delicti. Importante ressaltar que a prisão preventiva também está dotada de condição de admissibilidade estatuída no inciso I do artigo 313 do CPP, porquanto a pena máxima do crime em tela ultrapassa 04 (quatro) anos. Quanto ao fundamento ensejador do periculum in libertatis, constata-se que este consiste na necessidade de garantir a ordem pública, pois o paciente, em tese, vem reiterando na prática delitiva, sobretudo porque este cumpriu pena por furto qualificado referente à condenação nos autos n. 0000130-61.2013.8.12.0054 (certidão de antecedentes de p. 30-32), cuja extinção pelo cumprimento integral se operou em 20/07/2017, tratando-se, assim, de reincidente específico. Outrossim, embora a res furtiva tenha sido recuperada, o paciente realizou subtração de bem de valor vultoso, isto é, automóvel avaliado em R\$112.000,00 (cento e doze mil reais), o qual, a princípio, seria transportado até o Paraguai, havendo indícios de que o referido agente integra associação criminosa voltada à prática de fraudes contra seguradoras. (...).*

A propósito, “se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo *modus operandi*, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está

justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria” (HC n. 126.756/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015).

No caso vertente, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator